



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURSO DE PEDAGOGIA E ESTRATÉGIAS DOCENTE

ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE TEACHER PEDAGOGY AND STRATEGIES COURSE

RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA Y ESTRATEGIAS DEL PROFESSOR

Gisele Paula Batista

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-Raciais e Interculturais - giselegueds@gmail.com

Recebido em: 21/06/2021

Aceito para publicação: 02/11/2021

Resumo

Este artigo relata as experiências teóricas vivenciadas durante a formação docente, nas aulas da disciplina seminário de pesquisa, que trabalha a temática das relações étnico-raciais no curso de pedagogia, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). A metodologia utilizada parte de uma revisão de literatura sobre as obras articuladas no plano de curso e que foram utilizadas durante as aulas ao longo de um semestre, as leituras obrigatórias abordam os rumos das teorias raciais que propagaram outras categorias conceituais como raça, racismo, discriminação racial, etnia e identidades; já as complementares trouxeram experiências e estratégias pedagógicas construídas por educadores para trabalhar as temáticas das relações raciais no contexto escolar. Os resultados das leituras apontam duas questões que precisam ser revistas na educação, uma se trata da formação de educadores (as) que precisam conhecer os temas emblemáticos para desmistificar preconceitos; a outra, diz respeito a produção de recursos/estratégias Didático-Pedagógico para combater o racismo e todas as formas de exclusão social gerado por ele.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Formação docente. Estratégias docentes.

Abstract

This article reports the theoretical experiences lived during teacher training, in classes of the research seminar discipline, which works on the theme of ethnic-racial relations in the pedagogy course at the Federal University of Amapá (UNIFAP). The methodology used starts from a literature review on the works articulated in the course plan and which were used during classes throughout a semester, the mandatory readings address the directions of racial theories that propagated other conceptual categories such as race, racism, discrimination race, ethnicity and identities; the complementary ones brought experiences and pedagogical strategies built by educators to work on the themes of racial relations in the school context. The results of the readings point out two issues that need to be revised in education, one is the training of educators who need to know the emblematic themes in order to demystify prejudices; the other concerns the production of Didactic-Pedagogical resources/strategies to combat racism and all forms of social exclusion generated by it.

Keywords: Ethnic-racial relations. Teacher training. Teaching strategies.

Resumen,

La metodología utilizada parte de una revisión de la literatura sobre los trabajos articulados en el plan del curso y que fueron utilizados durante las clases a lo largo de un semestre, las lecturas obligatorias abordan las direcciones de las teorías raciales que propagaron otras categorías conceptuales como raza, racismo, discriminación racial, etnia. e identidades; los complementarios aportaron experiencias y estrategias pedagógicas construidas por los educadores para trabajar los temas de las relaciones raciales en el contexto escolar. Los resultados de las lecturas

señalan dos temas que necesitan ser revisados en educación, uno es la formación de educadores que necesitan conocer los temas emblemáticos para desmitificar prejuicios; el otro se refiere a la producción de recursos/estrategias didáctico-pedagógicas para combatir el racismo y todas las formas de exclusión social que genera.

Palabras-clave: Relaciones étnico-raciales. Formación de profesores. Estrategías de enseñanza.

Introdução

Viveremos nos próximos anos momentos tumultuados na educação brasileira, em um governo com planos confuso que proclama “defender” a liberdade do povo, mas por outro, questiona bases teóricas de uma educação que desperta para novos ideais político e social, a partir dos estudos marxistas, gramscista e freiriano, que nada tem a ver com os políticos corruptos que se apropriaram dessas teorias para fazer descaminho da educação.

A linha de ação do futuro governo pontua claramente que vai gerir a educação com ênfase apenas na infantil, básica e técnica, deixando de lado o ensino superior, o qual, a duras penas tem conseguido formar professores (as) capacitados para lidar com o novo educando imerso numa modernidade preocupada unicamente com a expansão das fronteiras do capitalismo. É nessa realidade que a escola pública está inserida, com um currículo formatado para formar cidadãos para o mercado de bens e serviços.

Neste contexto, a escola como uma fábrica, estará preocupada unicamente em formar o maior número de pessoas, assim como se faz na produção em escala, quanto mais educandos formados, melhor para atender as demandas do sistema capitalista. Não importa a qualidade do ensino, e é aqui que reside o perigo.

Não temos só esperanças, acreditamos em mudanças com a força da ação daqueles que realmente querem um Brasil melhor e uma educação melhorada, diferenciada que respeite as peculiaridades de cada sujeito. Isso será possível se aproveitarmos as possibilidades existentes e transformá-las em exitosas experiências que refletirão no amanhã de futuros pedagogos que estarão nas linhas de frente das escolas, seja na sala de aula ou no serviço técnico pedagógico.

Com este intuito, a disciplina de Seminário do Curso de Pedagogia introduziu a temática das Relações étnico-raciais para ajudar a construir reflexões teóricas para posteriormente levar os acadêmicos (as) à ação, ou seja, para colocarem em prática o que aprenderam sobre processos de exclusão e desigualdade, e com isso combaterem todas as formas de racismo, preconceito, discriminação, discriminação racial e intolerâncias.

Para que pudéssemos levar esses conceitos para as aulas que seriam ministradas no curso de pedagogia, verificamos não só a conceituação de termos, procuramos envolver a turma dentro de um diálogo mais político, em que eles (as) pudessem perceber o momento em que se estabelece o racismo no mundo, até os dias atuais com sua perpetuação em meio as relações humanas.

Neste sentido, apoiamo-nos em Kabegle Munanga (2006; 1998; 2003); Nilma Lino Gomes (2005; 2008); Antônio Olímpio Sant’Ana (2008) que fazem um tratamento conceitual e político sobre os termos: raça, racismo, etnia e identidade; e com Lilia Moritz Schwarcz (1993) abordamos como as teorias racistas foram introjetadas no Brasil, por meio dos homens das ciências, cujo interesse era formular a imagem de um país não racista em prol do progresso econômico, político e científico pós abolicionismo.

Nas discussões, como as reflexões para a formação docente e estratégias docentes, construímos diálogos com bases nos estudos de professores e pesquisadores: Orofino (2003), Siewerdt e Fleuri (2003), Silva (2008); Moura (2008); Theodoro (2008); Lima (2008); Andrade (2008); Silva (2008); e Gomes (2008) que nos ajudaram de forma prática como abordar, desde que bem planejadas, as temáticas das Relações Étnico-raciais em suas aulas e ações.

Este artigo toca nas duas pontas da costura que se encontram soltas no tecido da educação brasileiras, essas tem sido bandeira de lutas do Movimento Negro na atualidade, que é a formação de educadores (as); e produção de recursos/estratégias didáticas como instrumentos alternativos para combater o racismo e todas as formas de exclusão social gerado por ele.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: REVISÃO DE LITERATURA PARA O CURSO DE PEDAGOGIA

Para contato inicial com a disciplina Seminário de Educação, foi construído o plano de aulas, a partir da ementa que norteia o percurso teórico da temática relações étnico-raciais para o curso de pedagogia, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Seguindo as orientações do plano de curso, reuniu-se as bases teóricas que discorrem desde uma visão mais ampliada das relações étnico-raciais, até se aproximar do contexto brasileiro, bem como, alguns apontamentos sobre estratégias utilizadas por muitos professores para desmistificar e lidar com a temática em sala de aula.

Para abrir as discussões sobre o tema das relações étnico-raciais, Kabengele Munanga inicia suas abordagens sobre as Teorias raciais, com o conceito de racismo em seus diversos usos e sentidos; e apresenta uma análise crítica das interpretações do conceito de racismo nos campos da Biologia, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Psicanálise. A tese central defendida pelo autor discute teoricamente o fenômeno do racismo em nível internacional, numa perspectiva histórica, no tempo e no espaço com suas dinâmicas e manifestações contemporâneas.

A partir desta contextualização, Munanga (1998, p. 44) diz, “[...] que não são os racistas que oferecem a maioria das definições que conhecemos sobre o racismo, mas sim os anti-racistas”, que elaboram justificativas fundamentadas num discurso religioso, político-econômico, ou dentro de uma pseudociência biológica que vai garantir a manutenção da dominação dos grupos privilegiados sobre os subalternizados, que convivem com a desigualdade, a exploração, exclusão.

Munanga (1998, p.45) defende três teses sobre a questão racial; na primeira tese, “confere a racismo um sentido mais amplo, isto é, toda situação conflitual, implicando uma desigualdade real ou suposta é considerada como racismo, por exemplo: racismo antijovem, antimulher, antivelho, anti-homossexual, etc.” Nesse primeiro apontamento, observa-se que o racismo se desenvolve em todo globo, e que é um mal que atinge muitas culturas.

Na segunda tese, o autor diz que “emprega-se o racismo no sentido mais restrito, considerando-o um fenômeno recente na história da humanidade, indissolúvel ligado à história da ciência e à cultura ocidental. Este é o racismo científico” (MUNANGA, 1998, p. 46).

Na terceira análise, o autor apresenta que o racismo está multifacetado e inter-relacionado:

[...] este fenômeno global chamado de racismo pode-se decompor em três elementos distintos e inter-relacionados: temos uma ideologia racista que é uma doutrina, uma concepção de mundo, uma filosofia da história [...]; tem o preconceito racial, que é simplesmente uma disposição efetiva imaginária, ligada aos estereótipos étnicos; e a discriminação racial, que é a um comportamento coletivo observável (MUNANGA, 1998, p. 47).

Os três elementos se completam no sentido de discriminar alguém concretamente, tem-se que ter preconceitos (que parte de concepções imaginárias), e a ideologia racista (doutrina ou concepção de mundo) reforça e legitima as práticas discriminatórias. Ao refletirmos sobre

essa tríplice aliança, observa-se que fica muito difícil combater preconceitos por que eles transitam e se propagam por vezes invisivelmente, camuflados e sem rosto.

Os apontamentos finais de Kabengele Munanga no texto sobre as teorias raciais demonstram que mesmo num plano educacional é muito difícil atingir as profundezas das estruturas em que se ancoram o preconceito, discriminação e ideologias racistas, mas não descartar que a educação seja um dos meios pelo qual devemos avançar na luta contra o racismo, “mas não é o único, por que o racismo antes de mais nada é uma ideologia e não se corrige a ideologia simplesmente com educação” (MUNANGA, 1998, p.48).

Um outro estudo que alarga essa discussão para o contexto brasileiro é o de Lilia Moritz Schwarcz, na obra – O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1890 – 1930, as linhas da autora relatam como se deu após a abolição a construção das teorias raciais advindas principalmente por meio do grupo de intelectuais, os chamados “homens de ciência”, que nada mais faziam do que uma repetição de teorias europeias falidas, inventadas e sem comprovação científica sobre a existência de raças humanas.

Nesse estudo, a autora revela os bastidores da trama brasileira após a desmontagem da escravidão, com modelos teóricos adotados pelos homens da ciência ou “novos ricos da cultura”, simbolizavam uma nova forma secular materialista e moderna – de compreensão do mundo. (SCHWARCZ, 1993)

Para Schwarcz (1993) as teorias europeias como o evolucionismo, o positivismo, o naturalismo e o social darwinismo começam a se difundir a partir dos anos de 1870, estas teorias passaram por adaptações, sendo atualizadas de acordo com o contexto político e social brasileiro, ou seja, os intelectuais da época aproveitaram o que imaginavam combinar com o país e descartaram o que seria problemático, como discutir o legado maléfico deixado pelo colonialismo.

Um dos pontos importantes da reflexão da autora é que a implementação desses novos modelos no país seria uma aproximação imaginária com o mundo europeu sinônimo de “progresso e civilidade” para as elites políticas e intelectuais brasileira. Ao mesmo tempo, apesar do descrédito dessas teorias na Europa; já no Brasil elas serviriam como “justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação”, e legitimação das consequentes diferenças sociais e econômicas no país (SCHWARCZ, 1993, p.30).

Na tecitura de diálogos entre os teóricos que se complementam, envolvemos na discussão outras leituras de Kabengele Munanga (2003), com o texto: Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia; na mesma linha de pensamento, a autora Nilma Lino Gomes (2005) trata de alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão; assim como, Antônio Olímpio Sant’Ana (2008) em: História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados.

Os autores mencionados constroem reflexões em torno de conceitos de palavras que confundem professores que estão em sala de aula. Por isso, fez-se necessário trabalhar pontualmente com os discentes de pedagogia, por meio de roda de discussões cada base conceitual teórica, construída por autores de renome no tema, e que têm contribuído para a melhoria da atuação de educadores que sentem dificuldades para tratar dessa problemática no contexto educacional brasileiro.

Ao retomarmos as contribuições de Munanga, veremos que depois de desmistificamos as teorias raciais, é importante aprofundarmos o entendimento sobre os conceitos de raça, racismo e identidade e etnia, pois só assim será possível combatermos um quadro de ações e atitudes racistas que em vez de diminuir ou deixar de existir, continuam avançando no Brasil e no mundo.

Assim, conceitualmente, o termo Raça que é usado pela zoologia e botânica para classificar animais e vegetais, passa também a ser utilizado com o propósito de definir as relações entre classes sociais inicialmente na Europa. Para Munanga (2003, p.1) a nobreza da França buscando se legitimar como classe superior se “identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe”.

Na realidade, essa ideia de uma raça superior a outra, não passava de invenções de humanos ambiciosos que buscavam justificativas dentro do conceito de raça, presente na Botânica e Zoologia para legitimar a dominação e sujeição “entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes”. (MUNANGA, 2003, p. 2).

Na mesma linha de compreensão sobre o conceito de raça, Nilma Lino concorda quando diz:

É fato que, durante muitos anos, o uso do termo *raça* na área das ciências, da biologia, nos meios acadêmicos, pelo poder político e na sociedade, de um modo geral, esteve ligado à dominação político-cultural de um povo em detrimento de outro, de nações

em detrimento de outras e possibilitou tragédias mundiais como foi o caso do nazismo. A Alemanha nazista utilizou-se da idéia de raças humanas para reforçar a sua tentativa de dominação política e cultural e penalizou vários grupos sociais e étnicos que viviam na Alemanha e nos países aliados ao ditador Hitler, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). (GOMES, 2005, p. 50).

O conceito de raça não deve ser tratado do ponto de vista biológico, esse termo na verdade, é ideológico porque esconde relação de poder e de dominação entre os homens, e ao interpretarmos sua origem, vimos que é exatamente a partir do surgimento de raças inventadas que começa a propagação e perpetuação do racismo no mundo, ou seja, “a realidade da raça é social e política: ela é uma categoria de exclusão e de homicídio (MUNANGA, 1994, p. 19).

No contexto brasileiro falar de raça é bem complexo, principalmente quando as pessoas desconhecem ou não tem leitura sobre o significado do tema para construção de suas identidades, por isso que quando são questionados sobre sua raça, aquele que pergunta, nem sempre recebe uma resposta positiva, Gomes (2005, p.45) diz que esse incomodo dos sujeitos quando questionados sobre raça se deve ao “[...] fato de que a “raça” nos remete ao racismo, aos ranços da escravidão e às imagens que construímos sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país”.

Nós, educadores, somos convocados pelo nosso dever social de, além de buscar simplesmente a compreensão do termo raça, temos que interpretá-lo em seus diferentes contextos para só assim construir estratégias de lutas contra ideologias raciais criadas e introjetada na sociedade por grupos de pessoas ávidos pela dominação e poder.

Prosseguindo com a abordagem conceitual dos termos que geram dúvidas e controvérsias no ambiente escolar, adentramos no conceito de Racismo, que mesmo com o avançar do século XXI, as práticas racistas estão muito presentes em vários meios de convívio social, isso se comprova com a existência das várias ações incentivadas pelas vítimas do racismo, na busca de reparação pelo sofrimento causados contra eles por racistas, desde os séculos passados.

Numa contextualização ampliada Munanga (2003, p. 7) afirma que, “por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções”, ou seja, a este respeito, as ideias racistas se sustentam a partir da divisão de grupos que acreditam serem dotados de capacidades físicas,

moral e intelectual diferente, logo, consideram-se como raça suprema, em relação a outros grupos classificados tendenciosamente como inferiores.

Quando falamos em “tendenciosamente”, acreditamos com base na biografia dos homens que fizeram classificação de raças, que todos certamente eram europeus (Carl Von Linné, Arthur de Gobineau, entre outros), e que alguns destes estudiosos saíram do reduto europeu durante as grandes expedições europeias para pesquisarem novos territórios, e a partir daí tirariam suas próprias conclusões sobre outros povos.

Ao fazer uma breve abordagem sobre o Racismo no passado, Antônio Olímpio Sant’Ana baseado nos estudos de Pereira (1978) diz que o racismo foi fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, Ásia e África e que, “[...]desde o século VI, milhões de páginas em tratados, ensaios, monografias, teses etc. foram inscritas para sustentar o insustentável: o racismo como uma prática necessária e justificável”. (SANT’ANA, 2008, p. 38).

Contribuindo com esse raciocínio a professora Nilma Lino Gomes afirma que:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52)

A visão de uma crença que existe povos superiores e inferiores, embora muito presente nos discursos dos racistas, é falsa, pois como vimos em Munanga (1994; 2003), Gomes (2005) qualquer ideia racista baseada na questão biológica não tem fundamentação científica, e como neste campo o racismo não teria mais espaço para sua sustentação, vai migrar para outras bases que são enfraquecidas pela sociedade como racismo contra mulheres, contra jovens, contra homossexuais, contra pobres, contra burgueses, contra militares, imigrantes e refugiados, entre outros.

Outra questão que nos convida para uma reflexão teórica, para então desdobrarmos nas ações de desconstrução em atividades práticas no ambiente escolar, diz respeito aos termos Identidade e etnia, e neste sentido, reflexivamente Munanga (2003, p. 12) se refere a etnia como “[...] um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”.

Embora o autor inicialmente contextualize a questão étnica dentro de uma visão geográfica para mostrar divisões territoriais étnicas que se formaram durante a colonização, e que hoje foram divididas em diversos territórios ou Republicas, o mais importante a se ressaltar é que devemos entender o termo no sentido político e não para suavizar o tom do racismo, pelo contrário, fazer uso dos conceitos de raça ou etnia não muda em nada o lastro destrutivo do racismo em nossa sociedade, porque, “tanto o conceito de raça quanto o de etnia são hoje ideologicamente manipulados. É esse duplo uso que cria confusão na mente dos jovens pesquisadores ou iniciantes”. (MUNANGA, 2003, p.13)

Gomes (2005, p. 50) se refere a Etnia como sendo um “[...]outro termo ou conceito usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade”, ou seja, muitos preferem usar esse termo, em substituição ao de raça no sentido biológico que faz divisão de raças na pirâmide, as do topo (superiores) e as que estão na base (inferiores).

Para reflexões acerca do significado de identidade, precisamos interpretar seu sentido que ainda é um tanto complexo no contexto educacional, pois muitos educadores e educadoras sentem dificuldades de tratar desse assunto com os educandos, primeiro porque não deve ser desmistificado apenas o conceito em si, mas abordado em todas ações, atividades, metodologias, entre outros que fazem parte da rotina escolar.

Sobre Identidade Nilma Lino Gomes (2005) afirma que:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas lingüísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES, 2005, p. 41)

Na mesma direção que Identidade não é inata, também não é intocável e nem estática, ela se movimenta, e está presente nas relações sociais conforme sustentado por Kabengele Munanga (2006):

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes a sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) tem funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra os inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc.” (MUNANGA, 2006, p.17-18).

Ao fazermos o diálogo com os dois autores mencionados sobre identidade, percebe-se um ponto interessante em comum, que não devemos considerar o termo apenas no ponto de vista da cultura, mesmo que reconhecidamente a identidade afro-brasileira exista, o que se deve fazer a partir desde reconhecimento, é tomar “consciência política”, criticar e traçar novas estratégias de mudanças a nível nacional e internacional. (MUNANGA, 2006).

REFLEXÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Os apontamentos que se sucedem são contribuições de educadores e estudiosos brasileiros que militam rumo ao despertar intelectual de outros profissionais da educação em questões problemáticas que se acirram principalmente no interior das escolas.

Cabe aqui também reforçarmos que toda e qualquer discussão sobre a questão racial, é dever de todo brasileiro e brasileira evocar, devemos desconstruir que a temática seja interesse unicamente das pessoas que pertencem ao grupo étnico/racial negro, pelo contrário, “Ela é uma questão social, política e cultural de todos (as) os (as) brasileiros(as), [...] ela é uma questão da humanidade”. (GOMES, 2005, p.51).

Todos convocados, partimos primeiramente da reflexão sobre a formação dos educadores que tem muitos desvios de percurso, pois enquanto a universidade pública tem se preocupado minimamente em inserir na matriz curricular conteúdos sobre as relações étnico-racial, as instituições privadas estão longe dessas discussões, esses desvios se encontrarão nas escolas, enquanto os que tiveram algumas leituras teóricas para combater nas suas práticas todas as formas de opressão e exclusão, outros que desconhecem esses caminhos, na pior das situações acabam reproduzindo exatamente aquilo que poucos combatem.

Como estamos distantes de corrigir essas distorções, nos resta deixar contribuições teóricas daqueles que já fazem o dever de casa para a melhoria da atuação da prática escolar de uma sociedade plural, e nessa direção, Silva (2003) em seu texto: Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação, deixa suas impressões de uma educação intercultural. Neste, o autor defende a adoção de novas perspectivas educacionais pelo viés da interculturalidade:

[...] um conjunto de processos devidos as interações de duas ou mais culturas, que podem ser tanto de origem étnica quanto de caráter migratório, em um mesmo espaço geográfico, apontando para a integração e reciprocidade de tal maneira que possam

enriquecer-se mutuamente, conservando identidades próprias e ao mesmo tempo possibilitando o cruzamento dessas culturas que acabam, por sua vez, estimulando novas construções identitárias híbridas ou mestiças. (SILVA, 2003, p.50).

Ao apontar a importância do debate intercultural na educação, o autor demonstra que essa temática tem sido desprezada ou apagada pela força do discurso multiculturalista que reduz o debate sobre a diferença cultural, na simplória discussão envolvendo culturas indígenas e negras (afro-brasileira), ou então o estudo com imigrantes europeus, quando na verdade há muitas coisas que podemos envolver como, a construção de “propostas pedagógicas de intervenção na realidade nacional multicultural a partir de projetos específicos para atender e valorizar expressões culturais de grupos de culturas distintas” como negros e povo indígenas. (SILVA, 2003, p.51).

Na perspectiva intercultural de educação, Souza e Fleuri (2003) focam diretamente na formação de educadores, e afirmam:

Os modelos de formação de educadores (as) consolidados – ainda que cercados por muitos referenciais teóricos e conceituais, inclusive daqueles que questionam a forma etnocêntrica e monocultural das práticas pedagógicas, propagando a necessidade de uma formação para a diversidade, para a incerteza, para o sistêmico, para o desenvolvimento do pensamento complexo – apresentam ainda tendências de mecanicismo, de rigidez, de certezas absolutas. Há uma provável lacuna, nesse tecido mesclado de continuidades e rupturas, presente no jogo paradigmático da ciência moderna e pós-moderna. (SOUZA; FLEURI, 2003, p. 74)

Compreendemos que não basta um amontado de teorias se não tivermos em mente de onde viemos e para onde queremos ir, isso tem a ver com nosso ativismo, não basta levantar a bandeira de uma determinada frente apenas no plano das teorias, precisamos criar possibilidades estratégicas para que os educandos sejam envolvidos a refletirem criticamente sobre a realidade da qual fazem parte, e depois participarem de ações coletivas e participativas na escola, que os leve a praticarem o que refletiram anteriormente.

Os autores Souza e Fleuri (2003, p.83) deixam importantes reflexões para os educadores e educadoras, quando afirmam que “atuar com a educação intercultural é um processo de intervenção contínua nas relações entre teorias e prática [...]”, ou seja, se não fizermos esse duplo movimentos, cairemos no erro das ultrapassadas teorias tradicionais de educação.

VISITANDO EXPERIÊNCIAS SOBRE ESTRATÉGIAS DOCENTES

Nas últimas décadas surgiram vários estudos voltados para a compreensão pedagógica das Relações étnico-raciais, temática bastante emblemática no atual contexto brasileiro e que sua discussão se faz necessária, no âmbito educacional para corrigir as distorções sobre a presença, contribuições africana e de povos indígenas para o desenvolvimento político, econômico e social do Brasil.

Theodoro (2008, p.92) declara que “a pedagogia de base africana é iniciática, o que implica participação efetiva, plena de emoção, em que há espaços para cantar, dançar, comer e partilhar”, essas palavras nos impulsionam a participar efetivamente com ações que visem mostrar para os educandos tudo que foi encoberto pelo jogo de poder que maculou e escondeu durante o processo histórico do país, que apenas os brancos foram os heróis do desenvolvimento, quando na realidade, esse Brasil foi desenvolvido por uma vasta diversidade cultural, seria de se duvidar que povos (africanos, indígenas e seus descendentes) com um legado ancestral de ricas experiências e vivências em seus continentes de pertencimento tivessem ficados de braços cruzados diante de uma nova dinâmica de formação histórica e social.

Assim, ao adentrarmos no debate das estratégias docentes, buscamos algumas compreensões de Maria Isabel Orofino (2003), em *Mídia e educação: contribuições dos estudos da mídia e comunicação para uma pedagogia dos meios na escola*; bem como em Siewerdt e Fleuri (2003), no texto – *Mídia e mediações culturais na escola*.

Embora ambos abordem a questão da Mídia no contexto escolar, a primeira nos envolve numa reflexão sobre a articulação entre diferentes identidades sociais e as relações interculturais, e que para fomentar esse debate é preciso levarmos em consideração a presença dos meios de comunicação que estão presentes na realidade dos educando. Nesse contexto, destacamos a força das tecnologias de informações, materializadas em larga escala pelas mídias e redes sociais, que ao mesmo tempo que trazem muitos benefícios na agilidade das comunicações, por outro lado “[...] tem criado um violento mercado de oferta e competitividade. Esse mercado, na medida em que difunde uma ideologia de integração, produz uma profunda exclusão social de acesso aos bens culturais” (OROFINO, 2003, p. 112).

Ao levarmos em consideração os prós e contras, os/as educadores/educadoras devem ressignificar a utilização dessas ferramentas para disseminar interna e externa a escola

mensagens que reflitam os problemas pelos quais as minorias enfrentam de ordem econômica, social e política.

Na segunda abordagem, os autores Siewerdt e Fleuri (2003) apontam mediações culturais na prática docente, a partir da observação quanto a utilização de recursos audiovisual (televisão e vídeo) por professores de escolas vinculadas ao Movimento Rurais Sem Terra (MST), o estudo não se limitou ao muro escolar, as pessoas envolvidas foram instigadas a refletirem suas próprias vidas, suas identidades e relação com as mídias. Em linhas gerais os autores contribuíram ao dizer que:

As entrevistas que realizamos com os professores indicaram-nos que os diferentes significados que cada um atribui à própria relação como o cinema e a televisão são construídos a partir de suas histórias e dos contextos socioculturais em que vive(ra)m (SIEWERDT E FLEURI (2003, p.136).

Essa observação toca na formação, vamos mentalizar um quadro hipotético: digamos que os/as educadores/educadoras façam diversas formações, encham-se de conhecimento teóricos metodológicos sobre a utilização de tecnologias educativas, de que adiantaria tudo isso se no processo de formação não houver reflexões sobre seu lugar de fala, suas histórias, contexto cultural, social e local.

As contribuições anteriores nos alertam quanto a atuação dentro e fora do espaço escolar, a seguir refletiremos no âmbito mais interno, como por exemplo, na Desconstrução da Discriminação do Livro Didático, segundo os estudos de Ana Célia da Silva. Para a autora, este instrumento pedagógico ainda é muito utilizado nas escolas brasileiras, por isso merece uma certa atenção por parte dos educadores para desconstruí-lo, uma vez que:

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência (SILVA, 2008, p.17).

Em Sant’Ana (2008), a partir de suas análises em várias pesquisas sobre o Livro didático, afirma que foram detectados os seguintes dados interpretados como preconceituosos:

- 1) Nas ilustrações e textos os negros pouco aparecem e, quando isso acontece, estão sempre representados em situação social inferior à do homem branco, estereotipados em seus traços físicos ou animalizados.
- 2) Não existem ilustrações relativas à família negra; é como se o negro não tivesse família.

- 3) Os textos induzem a criança a pensar que a raça branca é mais bonita e a mais inteligente.
- 4) Nos textos sobre a formação étnica do Brasil são destacados o índio e o negro; o branco não é mencionado (em alguns casos): já é pressuposto.
- 5) Índio e negros são mencionados no passado, como se já não existissem.
- 6) Os textos de história e estudos sociais limitam-se a referências sobre as contribuições tradicionais dos povos africanos. (SANT'ANA, 2008, p. 53)

Baseado nas contribuições de Silva (2008), pontuamos a importância dos docentes na contextualização do processo de desmistificação dos que foram excluídos da história oficial, a partir da perspectiva das crianças, como por exemplo: solicitar dos educandos uma reconstituição das ilustrações trazidas nos livros didáticos (especialmente no do componente de história) para ressignificar seu lugar de pertencimento e com isso elas passem a reconhecer seu grupo étnico racial.

Uma outra questão que fará toda diferença na prática dos educadores, é a aproximação com o Movimento Negro, que carrega um histórico de conhecimento das experiências histórico-cultural da ancestralidade afrodescendentes, bem como na luta por políticas públicas de reconhecimento e de ações afirmativas.

A professora de Artes Cênicas Glória Moura abre espaço para uma interessante discussão sobre as contribuições das festas que acontecem nos quilombos contemporâneo como fator formador e recriador de identidades.

Ao considerar que o currículo formal desconsidera e invisibiliza a tradição dos afrodescendentes, a autora dá dicas para os educadores interpretarem o currículo oculto que permite “a transmissão dos valores, dos princípios de conduta e das normas de convívio, ou, numa palavra, dos padrões sócio culturais inerentes à vida comunitária, de maneira informal e não explícita [...]” (MOURA, 2008, p.68). É por meio desse currículo que se permite a afirmação das identidades, e com esse direcionamento baseado na valorização dos sujeitos sociais será possível construir possibilidades pedagógica que reconheçam as origens, as culturas e as experiências dos educandos.

As contribuições apontadas surgem primeiramente de o docente conhecer o contexto social em que vive, e numa relação dialógica, a partir das perspectivas do conhecimento dos educandos construir bases sólidas para novos rumos da educação, conforme apresenta Moura (2008 p.68) “a pedagogia nos anos 1970/1980 já chamava a atenção dos educadores para a

experiência pedagógica que o aluno trazia de sua vivência de fora da escola e que não era por esta reconhecida [...]”.

As novas estratégias de atuação devem fundamentalmente envolver a participação das crianças, considerando que serão elas as multiplicadoras contemporâneas do pensar crítico e reflexivo para que as futuras gerações saibam do seu lugar de pertencimento, e do papel que ocupam na formação da sociedade brasileira do hoje.

Outras compreensões pedagógicas buscamos em Helena Theodoro, no texto: Buscando caminhos nas tradições. A autora neste estudo apresenta estratégias para se trabalhar com crianças, por intermédio da literatura e música, pois, “[...]na literatura brasileira, no entanto, o negro é a palavra excluída, ocultada com frequência, ou uma representação inventada pelo outro, sendo sempre o elemento marginal” (THEODORO, 2008, p. 82).

Os caminhos nas tradições para o trabalho pedagógico incentivam educadores a utilizarem músicas durante suas aulas, com cantores brasileiros como de Martinho da Vila que recria nas suas letras algumas tradições africanas, por exemplo, como o de apresentar a criança à lua.

Silva (2008, p.122) dá essa mesma entonação para música, dança, teatro e artes visuais do universo expressivo africano, que segundo o autor “[...] o que no Ocidente era considerado uma invenção artística, já era produzido há centenas de anos pelos africanos, cuja arte, continuava a ser vista pelos europeus como “primitiva” e inferior”. Os/as educadores/educadoras precisam buscar conhecimentos aprofundados sobre as ancestralidades africana, esse é um dos pontos de partida para sistematização de ações que leve discentes a conhecerem o que não sabem e valorizarem aquilo que está em suas voltas, mas não se reconhecem como sujeitos pertencentes daquela comunidade.

Silva (2008) nos agracia com sugestões de conteúdos e atividade voltadas para o teatro que valorizam a identidade negra por meio de desenhos, dramatização, contação de histórias, manifestação teatral da real história do Brasil (a não contada) brincadeiras, jogos de percepções, teatro de máscaras, entre outros; para as Artes Visuais destacamos, a utilização de materiais como madeira, folhas secas, capim, pedras, areia, água, barro, informar sobre a origem africana de máscaras, esculturas, objetos, miçangas, colares; narrativa da história pessoal do aluno etc; na música, destacamos a utilização da música africana, de compositores, cantores, bandas, bem como influências africanas na música contemporânea como: samba, escolas-de-

samba, pagode, axé, music, rap, funk, rock, jazz, charme, reggae, salsa, lambada, soul music, blues etc; para Dança apresenta: trajetória histórica das dimensão da dança, confecção de roupas adequadas às danças afro-brasileiras, informações sobre o papel do corpo no contexto tradicional africano.

No universo escolar, quando adentramos na escola nos deparamos com pilhas de cartazes, figuras, murais, livros, cartilhas, entre outros, as incontáveis cores refletidas nesses elementos ludibriam as crianças e mascaram verdades ocultas por meio de mensagens simbólicas, como por exemplo, imagem carregadas de preconceitos, discriminação e discriminação racial contra especialmente a negros e povos indígenas na literatura infantil, Lima (2008) confirma isso ao dizer:

Toda obra literária, porém, transmite mensagens não apenas por meio do texto escrito. As imagens ilustradas também constroem enredos e cristalizam as percepções sobre aquele mundo imaginado. [...] A imagem age como instrumento de dominação real por meio de códigos embutidos em enredos racialistas, comumente extensão das representações das populações colonizadas. (LIMA, 2008, p.97, 98)

Ao estudar a literatura infantil, Heloisa Lima descobre e nos alerta que a presença negra nessa produção não é tão invisibilizada assim como se pensa, na verdade eles sempre existiram, porém, de forma estereotipada, grotesca, distorcida e inferiorizada no contexto da sociedade, tidos como: os invisíveis, a representação da triste e passiva escravidão, feição do rosto idiotizada, frágil, sonhador, que está preso, violento, negro perdedor, caricaturas de empregadas domésticas associada as mulheres negras, mulher boba, gorda, monstrengo (a), falta de limpeza, burrice, relaxo, entre outras bizarrices do racismo.

As contribuições a seguir contribuirão com a prática docente, na construção de outras possibilidades pedagógicas emancipadoras que ajudarão estudantes a fazerem leituras com olhar mais crítico, nas obras infantis que têm contato especialmente na escola.

Andrade (2008) relata suas percepções sobre o livro infantil, “para quem tem estímulo à leitura a obrigação é transformada em prazer e o hábito pode tornar-se uma prática efetiva (conheço uma professora que está alfabetizando a turma com a leitura de histórias infantis)”. A partir dessas compreensões, a autora construiu uma Oficina de Leitura, que dá vez para livros que reforçam a imagem da população negra. Sua metodologia visa o resgate de identidade racial feita para crianças e/ou jovens nas áreas periféricas, nas escolas e outros locais comunitários de Recife.

Ao visitarmos no campo teórico-prático as estratégias de atuação docente de muitos professores, por um lado queremos com isso mostrar o quanto é válido conhecermos experiências exitosas que podem sim ajudar a melhorar o fazer pedagógico, por outro de nada isso tudo vai adiantar se os/as educadores/educadoras continuarem pensando que discutir relações raciais não seja tarefa da educação.

A educação não é a única estrutura que existe, mas é um dos mais poderosos meios pelo qual podemos desmantelar o racismo, e a escola enquanto aparelho dessa estrutura com seu corpo de educadores tem um papel importante a desempenhar.

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura e as relações sociais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-la em conteúdo escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar (GOMES, 2008, p.143)

Essa observação toca no ponto que nos interessa discutir, todas as contribuições que deixamos será um trabalho sem sentido se for apenas para cumprir o calendário letivo, queremos de fato que todos educadores/educadoras possam entender que não há mais espaço para atividades sem problematização e sem a participação efetivas dos educandos, pais, responsáveis, comunidade escolar, conselhos, serviço técnico-pedagógicos e outros.

Tudo que foi apresentado reflete sobre uma formação docente que consiga aliar a teoria com a prática, e neste sentido, as salas de aulas dos cursos de formação devem ser o laboratório de oportunidades e experiências. Os docentes em formação, devem ser instigados a problematizar temáticas étnicos raciais que são pautas do dia nas escolas públicas e aliado a isso, fazer com que tais temas de fato sejam incorporados em seus planos de aulas, projetos, ações e atividades, quer sejam transversalmente ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou explicitar que tratar das relações étnico-raciais não é uma tarefa simples, requer dedicação na busca de conhecimentos históricos, social e cultural que revelam os verdadeiros protagonistas do desenvolvimento do país. Infelizmente nem sempre os cursos de pedagogia oferecidos pelo Brasil trazem esses debates, ficando a cargo dos próprios

educadores/educadoras irem em busca de aprofundamento em eventos científicos ou formação continuada.

Um debate é certo, não podemos esperar que a discussão sobre a relações étnico-raciais nos cursos de formação de professores aconteçam somente quando as instituições de ensino superior resolverem adequar suas matrizes curriculares, os processos educacionais são emergentes, todos os dias, nas escolas públicas, estudantes de vários níveis e modalidades sofrem algum tipo de preconceito, discriminação e outras formas de opressão.

Os docentes tem o dever social de agir diariamente frente a processos discriminatórios e excludentes, logo, fica a missão, para além de buscar conhecimento sobre conceitos, devemos praticar atos que incentivem a emancipação social, por intermédio de ações práticas, com produção de materiais didáticos pedagógicos específico para trabalhar com essas questões ou melhor, usar a criatividade para melhorar experiências que já existem, construir novos ou adaptá-los de acordo com as necessidades local.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Inaldete Pinheiro. Construindo a Auto-Estima da Criança Negra. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. p.117-123.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001. p.83-96.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. p.143-154.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos presentes no Debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, p.236, 2005.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens Negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. p.101-115.

MOURA, Glória. O Direito à Diferença. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.p.69-82.

MUNANGA, K. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 17–24, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Teorias sobre o racismo. In: Estudos & pesquisas 4. Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, p. 43-65, 1998.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, Identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-**PENESB-RJ**, 2003.

OROFINO, Maria Isabel. Mídia e educação: contribuições dos estudos da mídia e comunicação para uma pedagogia dos meio escola. In: FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação Intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos básicos sobre o Racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. p.39-65.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIEWERDT, Maurício José; FLEURI, Reinaldo Matias. Mídias e mediações culturais na escola. In: FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação Intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, Ana Célia. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. p.21-34.

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001. p.65-82

SILVA, Maria José Lopes da. As artes e a diversidade étnico-cultural na escola básica. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. p. 125-142.



SOUZA, M. I. P. de; FLEURI, R. M. Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 53-84.

THEODORO, Helena. Buscando Caminhos nas Tradições. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, p.83-99.